

A DITADURA QUE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA VIVEU E A MEMÓRIA DE PROFESSORES REVIVEU

Maria José Teixeira Lopes Gomes

Centro Federal de Educação Tecnológica

E-mail: axe@openline.com.br

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o fenômeno da ditadura ocorrido na Universidade Federal da Paraíba, a partir do golpe militar de 1964. Consumado o golpe, a Universidade recebeu intervenção e, a partir desta data, a perseguição política ideológica se estabeleceu nos meios universitários. O objetivo deste trabalho é resgatar os fatos que aconteceram a partir desta intervenção através da memória de professores que foram expurgados pelo reitor. É preciso que esses fatos - que a história oficial não registrou - não caiam no esquecimento e que as novas gerações não ignorem o que tão caro custou aos membros da comunidade universitária de pensar politicamente diferente ou lutar pela volta da democracia e pelo estado de direito.

Palavras-chave: Ditadura. Universidade. Interventor. Patrulhamento ideológico.

1. Introdução

Vários autores contemporâneos propuseram analisar o golpe militar de 1964, período em que as Forças Armadas se apoderaram da Presidência da República, inaugurando uma época de repressão implacável.

O que nos levou a estudar esse fenômeno foi o desconhecimento quase total que as novas gerações têm do autoritarismo implantado no Brasil a partir de 1964, sobretudo na Universidade Federal da Paraíba. A constatação deste desconhecimento se deu no processo da prática docente na Escola Técnica Federal da Paraíba, hoje, Centro Federal de Educação Tecnológica.

Buscamos na pesquisa descortinar os fatos que aconteceram na Universidade Federal da Paraíba, no período da ditadura, mais precisamente, de 1964 a 1971, através da memória de professores e de outras fontes complementares que fomos buscar, substanciando o relato da época; é a história centrada na narrativa dos acontecimentos, não mais apenas visível em documentos.

A abordagem teórica, que serviu de embasamento, partiu das concepções do cientista Norberto Bobbio¹, ao discutir a relação de poder do estado e do governo, nos regimes democráticos e autocráticos.

No epistemólogo Michel Foucault², fomos buscar o conceito de poder e de redes de micropoderes que surgem nas instituições e cobrem todo o tecido social como aconteceu na comunidade universitária paraibana.

¹ **BOBBIO**, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

² **FOUCAULT**, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

2. Memorial histórico

Instalada a ditadura em abril de 1964, a rede de micropoderes se espalhou logo em seguida à concretização do golpe na UFPB, destituindo seu reitor e nomeando um interventor. Houve, de imediato, uma adesão incondicionada à presença do interventor, não se registrando nenhuma resistência de relevo à nova ordem implantada.

A Universidade Federal da Paraíba tinha o jurista e professor da Faculdade de Direito, Mário Moacyr Porto, como reitor, que gozava de prestígio nos meios políticos e tinha convivência salutar nos meios universitários, tanto junto ao corpo docente³ quanto ao discente.

Consumado o golpe, o reitor Mário Moacyr Porto foi convocado à presença do general Arthur Duarte Candall, comandante do Grupamento de Engenharia, o qual lhe comunicou que seria tomada uma medida de caráter geral que o afastaria do cargo de reitor. Isso se faria através de uma comunicação a ele endereçada pelo comando geral da Guarnição Federal.

A notícia o surpreendeu, pois, além de ter apoiado o golpe desde as primeiras horas, a conjectura política lhe era favorável em diversos aspectos:

- a) As contas de sua gestão tinham sido aprovadas recentemente.
- b) Gozava de prestígio junto ao governador Pedro Moreno Gondim.
- c) No desempenho do cargo, jamais desenvolveu atividades consideradas subversivas pelos golpistas.

Com efeito, a 14 de abril de 1964, o reitor Mário Moacyr Porto recebeu das mãos do capitão-médico Guilardo Martins Alves, professor da Faculdade de Medicina, um ofício do comando do Grupamento de Engenharia que comunicava sua destituição, concluindo com as seguintes palavras:

“(...) cumpre-me esclarecer que seu afastamento não decorre de nenhuma dúvida sobre sua probidade funcional ou de qualquer suspeita de atividades subversivas⁴”.

O prof. Mário Moacyr Porto não poderia imaginar que, a partir daquela data, passaria por surpresas desagradáveis e grandes constrangimentos. Para seu espanto, o portador do ofício, o capitão-médico Guilardo Martins Alves é nomeado interventor no mesmo dia 14 de abril. Mário Moacyr Porto vê-se obrigado a retomar suas aulas na Faculdade de Direito. Seus auxiliares diretos são afastados e, ao fim do mesmo mês, seu salário de professor não é pago, sob a alegação de que havia um “*dossier*” secreto contra sua gestão. Inconformado com a explicação, move uma ação judicial contra o interventor e, depois de vários meses, seus salários são restituídos.

No período em que Mário Moacyr Porto era reitor, comentava-se que ele tinha concedido espaços democráticos demasiados aos estudantes⁵, razão por que o Sistema não lhe perdoava.

O Ato Institucional nº 1 ofereceu condições ao Estado Militar de implantar o expurgo no país quando suspende as garantias individuais, a vitaliciedade e a estabilidade dos servidores civis e militares, estabelecendo bases para instalações de inquéritos fraudulentos.

A estrutura hierárquica da UFPB se remodelou por conta da intervenção. Uma perseguição ferrenha brotou no seio da UFPB – o terror foi implantado, professores, alunos e

³ OLIVEIRA, José Eduardo. *A reforma chega a UFPB: a racionalização acadêmica e a viabilização do projeto de universidade do regime militar na Paraíba entre 1964 a 1971*. Dissertação do Mestrado em Educação. UFPE. 1999.

⁴ PORTO, Mário Moacyr. *Probidade e Demissão na UFPB*. O jogo da verdade: Revolução de 64, 30 anos depois. IN: GUEDES, Nonato et. al. Editora “A União”. 1994. p. 455.

⁵ Idem

servidores foram perseguidos.

Tutelada pelas Forças Armadas e instituída pelo interventor através da Portaria n.º 103 de 27 de abril, a Comissão de Investigação, constituída pelos juristas José Flósculo da Nóbrega, Paulo Bezerril e pelo servidor José Ferreira Ramos, em rito sumário, concluía inquéritos fraudulentos, com instrução sigilosa que deliberava sobre o destino do servidor, sem sequer lhe dar direito de defesa. Os acusados eram sempre convocados para depor no Grupamento de Engenharia. A partir dessa etapa, sucediam-se demissões, prisões, suspensões de contratos, afastamentos da sala de aula, não pagamento de salários e apreensão de cadernetas de assentamentos escolares, tudo por suspeita de vinculação ideológica contra o Sistema. As penas eram decididas pela Comissão e aplicadas pelo reitor.

Com os estudantes o tratamento era idêntico; os que tinham condições eram “deportados” pelos pais para o exterior. Outros não tinham a mesma sorte. O estudante do 3.º ano de Medicina, João Roberto Borges de Souza, dono de um forte carisma na liderança do movimento estudantil, foi preso e torturado pelo Departamento de Ordem Política e Social. Solto, passou vários meses sem ser visto, para, em seguida, ser encontrado morto, e o corpo entregue à família com a recomendação de o caixão não ser aberto⁶.

O estudante Eduardo Jorge Martins, filho do reitor Guilardo Martins Alves, desafiava o pai, participando ativamente dos protestos estudantis, tendo confrontos com policiais, juntamente com outros estudantes⁷.

A Faculdade de Filosofia, a ex-Fafi, era um foco de efervescência política; os professores da área humanista se juntavam aos estudantes nos protestos pela volta do estado de direito.

Outra escola que liderava os protestos era a Faculdade de Direito, a qual tinha como um dos alunos João Agripino Neto, filho do governador João Agripino Filho. Aquele oferecia apoio à panfletagem dos colegas, pois os manifestos eram rodados em estêncil nas salas do Palácio da Redenção. A exigência feita pelo filho do governador era a de que os estênceis fossem destruídos logo após sua utilização, e os panfletos não criticassem a gestão do seu pai. O universitário João Agripino Neto contava com a cumplicidade de um servidor do Palácio da Redenção⁸.

A juventude era ousada. Exemplifica bem essa assertiva o fato de a acadêmica de Direito Ofélia Amorim, ao terminar o curso, ir defender os camponeses, líderes da Liga Camponesa que estavam presos⁹.

Era assim a juventude universitária da época, preocupada com os problemas sociais, trocando o medo pela ousadia e pela cumplicidade. Por mais de uma década, os estudantes foram a trincheira mais determinada contra a Ditadura. A sociedade paraibana aplaudia a luta estudantil, entretanto não se sentia encorajada a dar as mãos aos estudantes¹⁰ na luta pela volta do estado de direito.

A radicalização do reitor Guilardo Martins Alves consistia em neutralizar os raros espaços democráticos consentidos, inclusive pelo ex-reitor Mário Moacyr Porto que patrocinou o ingresso de estudantes na composição do Conselho Superior Universitário CONSUNI. Essa composição foi uma luta nacional e se convencionou denominá-la de 1/3.

A partir da radicalização do reitor Guilardo Martins Alves, a UNE passou à clandestinidade e os diretórios acadêmicos receberam intervenção sob a égide do AI-5.

A política do reitor Guilardo Martins Alves indicava novos caminhos ideológicos. Nas

⁶ Fala de Simão Almeida gravado pela autora do texto em 25.08.99 por ocasião das comemorações dos 20 anos de anistia promovidas pela UFPB.

⁷ **PORFÍRIO**, Waldir. *Trinta anos da morte de um mártir da repressão*. Jornal Contra-Ponto. João Pessoa, setembro de 1999.

⁸ Palestra do professor Francisco de Paula Barreto Filho gravada pela autora do texto em 25.08.99, por ocasião das comemorações dos 20 anos de anistia, comemorados na UFPB.

⁹ Entrevista do professor Francisco Pereira da Nóbrega dada à autora em 12.11.99.

¹⁰ Palestra do prof. Francisco de Paula Barreto Filho. Fonte já citada.

salas de aulas eram feitas apologias às medidas ministeriais, e os ditadores de plantão recebiam comendas e honrarias, paraninfando as turmas de concluintes. Na verdade, mecanismos heterogêneos se articulavam, gerando um poder disciplinar na concepção foucaultiana “sutil e penetrante”. Diante disso, não é difícil perceber que a reforma universitária, patrocinada pelo regime militar, tornava a instituição rígida, monolítica, homogeneizada, afastando a intelectualidade progressiva e o alunado politizado.

O Rio de Janeiro era a cidade que representava a intelectualidade brasileira, que a acorrentada pela censura, via suas figuras mais representativas serem presas, fugir do país ou terem suas criações censuradas. A ânsia por liberdade foi um traço comum a muitos jovens nas mais diversas partes do mundo em que predominou o regime ditatorial.

No Brasil e na Paraíba a luta era pelo valor mais elevado da pessoa humana: a liberdade, o direito de pensar politicamente diferente.

Na Universidade Federal da Paraíba, a Comissão de Investigação não teve dificuldade em atrair delatores, colaboradores, que por convicção política ou oportunismo em ascender a cargos, denunciaram os colegas, contribuindo para afastar professores de elevada capacidade intelectual da sala de aula.

Durante a investigação a que procedemos, constatamos que foram expurgados os professores: Breno Matos, Carlos Eduardo Pessoa da Cunha, Cláudio Santa Cruz Costa, Francisco de Assis Lemos, Francisco Pereira da Nóbrega, Juarez Macedo, Juarez Benício, José Jackson Carneiro de Carvalho, José Kehrlé, Jomard Muniz de Brito, Gerard Proust, Maria Tereza Proust, Maria Beatriz Pontes, Laurindo de Albuquerque Melo, Linduarte Noronha, Luiz Hugo Guimarães, Octávio Sá Leitão, Rui Gomes Dantas e tantos outros afastados de suas cátedras.

Não foi possível levantar todos os nomes, pois nenhuma documentação neste sentido foi encontrada na UFPB, pois tudo foi destruído; para resgatar estes acontecimentos, só nos restou a memória dos entrevistados.

Contudo, um documento nos chegou às mãos, traduzindo toda a repressão da época: um ofício do reitor Guilardo Martins Alves ao Comandante da Guarnição Federal, Vinícius Nazareth Notare, comunicando as medidas punitivas aplicadas aos professores e aos alunos. No documento constam centenas de demissões, suspensão de contratos, e de salários, afastamentos de alunos da sala de aula e, mais ainda, proibição da volta de ex-alunos à Universidade. Este expediente vem nominado.

Nas falas dos entrevistados, percebemos que a comunidade universitária foi muito afetada pela Ditadura, tanto pelo expurgo dos professores de comprovada capacidade intelectual, quanto pelo prejuízo no desempenho da aprendizagem. Na área das ciências humanas, principalmente, o professor não era livre para ensinar ou abordar assuntos políticos, e, muito menos, os alunos se sentiam encorajados para indagar ou investigar sobre comportamentos dos agentes públicos referentes à essência da universidade.

Noutro relato importante os entrevistados salientaram que alguns professores se deixaram utilizar, como alcagüetes, alguns até contrariando os princípios humanistas que receberam de sua formação moral, pois se prestaram a instrumentos de uma política de difamação e delação na sustentação do arbítrio. Outros foram mais além, beneficiando-se dos cargos e das funções deixadas pelos que foram expurgados.

O estudo da Filosofia foi retirado dos cursos, pois as questões suscitadas neste ramo de conhecimento se tornaram incômodas ao regime. Assim, o caráter humanista na formação universitária desapareceu. O espaço da filosofia foi ocupado pelas disciplinas Metodologia das Ciências e Estudos de Problemas Brasileiros.

Dos documentos consultados, outras evidências foram constatadas, como a homogeneização do consenso refletida nas atas do CONSUNI, pois não registraram nenhuma discordância a respeito do afastamento dos professores, como também não houve nenhum registro noticiando apoio aos demitidos, levando-nos a concluir que houve apoio total de todos os setores universitários ao regime autocrático que se instalou nos meios acadêmicos e

universitários.

3. Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa:

a) pesquisa bibliográfica em livros, revistas e jornais que tratam dos fatos relacionados aos acontecimentos políticos da época.

b) pesquisa de campo: depoimentos de atores sociais do período
funcionários da UFPB
historiadores
jornalistas
entrevistas com quatorze (14) professores expurgados

4. Considerações finais

Ao término do trabalho, concluímos que as questões que se colocavam na época, como a importância da democracia, o combate às injustiças sociais, a corrupção, o nepotismo e a reforma agrária são questões que continuam até hoje sem soluções. Lamentável foi a interrupção de forma criminosa do projeto de vida daqueles que lutaram por estas questões.

As entrevistas foram valiosas. Ao revisitar a memória de professores, observamos que ela vem mesclada de emoções e ressentimentos, e que não se limitaram a relatar o que passou; expressaram juízos de valor sobre política, sobre a instituição universitária da época e sobre os agentes sociais, observando o período como sujeitos, misturando sua narrativa memorialista com sua posição política, avaliando o comportamento de colegas e dos dirigentes que contribuíram para macular a história política da Universidade Federal da Paraíba.

Com este trabalho, oferecemos nossa contribuição ao resgate da memória histórico-política do país e, particularmente, da UFPB durante a vigência do sistema ditatorial que tanto maculou nossa história política.

5. Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

OLIVEIRA, José Eduardo. **A reforma chega a UFPB**: a racionalização acadêmica e a viabilização do projeto de universidade do regime militar na Paraíba entre 1964 a 1971. Dissertação do Mestrado em Educação. UFPE, 1999.

PORTO, Mário Moacyr. **Proibidade e Demissão na UFPB**: o jogo da verdade - Revolução de 64, 30 anos depois. IN: GUEDES, Nonato et. al. Editora "A União". 1994. p. 455.

PORFÍRIO, Waldir. **Trinta anos da morte de um mártir da repressão**. Jornal Contra-Ponto. João Pessoa, setembro de 1999.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e Universidade**: um estudo de caso. João Pessoa: SEC, 1986.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos** (A aventura estudantil 1950 - 1999). João Pessoa: Idéia, 1999.

Revista Terra. N.º 5. Editor Abril. maio de 1998.